

Trabalho apresentado no 16º CBCENF

Título: POLÍTICAS PÚBLICAS ANTI-DROGAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Relatoria: ISABELA YASMIN DOS SANTOS FARIAS

Vanessa Vieira França

Priscila Santos Alves

Autores:

Natália de Carvalho Lefosse Valgueiro

Iracema da Silva Frazão

Modalidade: Pôster

Área: Acessibilidade e sustentabilidade no SUS

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: A complexidade que envolve o fenômeno do uso de crack, e o fato de suas consequências atingirem os usuários, as famílias e a sociedade, indica a necessidade de que as intervenções contemplem a todos esses atores sociais. Para isso, se faz necessário que essas políticas sejam reavaliadas quanto aos seus limites e possibilidades de execução. **OBJETIVO:** Investigar a percepção dos familiares de usuários de crack acerca da execução das políticas públicas antidrogas. **METODOLOGIA:** Recorte do projeto intitulado ?Conhecer para cuidar: Caracterização do perfil epidemiológico e psicossocial de usuários de crack de Camaragibe-PE?. O presente trabalho é um estudo de caso realizado em um centro de atenção psicossocial álcool e drogas (CAPs-AD). A coleta de dados foi feita através de entrevista, após a assinatura do TCLE, e teve como instrumento de coleta uma questão norteadora. As falas foram analisadas em profundidade pelas pesquisadoras. **RESULTADOS:** Nos discursos, observou-se uma abordagem das falhas existentes nos projetos sociais que poderiam ter grandes possibilidades de sucesso, porém tropeçam na sua execução, seja na vertente financeira, no processo de implementação ou até mesmo no atendimento à população em questão. As ações desenvolvidas para os usuários de drogas são, em muitos casos, heterogêneas e fragmentadas, sendo realizadas de acordo com a ciência de cada profissional. As entrevistadas elucidam que embora sejam reconhecidas as necessidades de intervenção, algumas vezes os profissionais não realizam as ações adequadas em virtude de um despreparo ou pela falta de subsídios teóricos que deveriam ser disponibilizados pelas secretarias municipais competentes. Muitos profissionais de saúde têm dificuldades em lidar com questões relacionadas ao uso de drogas, seja pelo desconhecimento dos fatores biopsicossociais relacionados ao seu consumo, reproduzindo preconceitos do senso comum, como o medo de exposição profissional à violência do tráfico. Dessa forma, as entrevistadas ressaltaram a importância da capacitação e sensibilização das equipes para a saúde mental. **CONCLUSÕES:** Faz-se necessário que as políticas antidrogas rompam com a perspectiva de exclusão e repressão do paciente e se invistam maciçamente em ações preventivas com vistas à reinserção desse indivíduo na sociedade, já que a repressão por si só, não é capaz de prevenir o uso indevido de drogas e de incentivar esse usuário à melhora.